

SUMÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	19
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	
<i>Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.....</i>	<i>21</i>
ÍNDICE SISTEMÁTICO CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE	43
LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026	
<i>Institui o Código de Defesa do Contribuinte.....</i>	<i>44</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975	
<i>Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.</i>	<i>53</i>
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.</i>	<i>54</i>
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 22, DE 1989	
<i>Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.....</i>	<i>58</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	
<i>Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.</i>	<i>58</i>
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.</i>	<i>60</i>
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 9, DE 1992	
<i>Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de que trata a alínea "a", inciso I, e § 1º, inciso IV do art. 155 da Constituição Federal.</i>	<i>61</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996	
<i>Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.</i>	<i>61</i>
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 95, DE 1996	
<i>Fixa alíquota para cobrança do ICMS.</i>	<i>69</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.....</i>	<i>69</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003	
<i>Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	<i>71</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da</i>	

<i>Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.....</i>	78
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 13, DE 2012	
<i>Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.</i>	122
LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 19 DE MAIO DE 2017	
<i>Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016.....</i>	122
LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	
<i>Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.</i>	129
RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, DE 22 DE MAIO DE 2018	
<i>Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).</i>	130
LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 11 DE MARÇO DE 2022	
<i>Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.....</i>	171
LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 23 DE JUNHO DE 2022	
<i>Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.</i>	173
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	
<i>Altera o Sistema Tributário Nacional.</i>	174
LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025	
<i>Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.....</i>	181
LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 13 DE JANEIRO DE 2026	
<i>Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.893, de 13 julho de 2004, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.....</i>	308

SÚMULAS.....	341
---------------------	------------

DIREITO CONSTITUCIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	349
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	351
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	428
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	<i>430</i>
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....</i>	<i>438</i>
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	<i>441</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências</i>	<i>442</i>
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025	
<i>Altera a Constituição Federal, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, a fim de instituir limite para o pagamento de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e de estipular novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal com seus regimes próprios de previdência social e dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social; e dá outras providências.....</i>	<i>455</i>
SÚMULAS.....	459

DIREITO ADMINISTRATIVO

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.....</i>	<i>463</i>
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.....</i>	<i>478</i>
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	<i>498</i>
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	<i>498</i>
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	<i>503</i>
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.....</i>	<i>509</i>
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a</i>	

<i>Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	511
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012	
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	517
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	525
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).....</i>	528
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016	
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</i>	540
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).</i>	543
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	
<i>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.....</i>	554
LEI Nº 13.934, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019	
<i>Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contrato de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais.....</i>	561
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....</i>	562
DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023	
<i>Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.....</i>	598
SÚMULAS.....	605

DIREITO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	611
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	
<i>Institui o Código Civil.....</i>	620
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	
<i>Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro</i>	741
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....</i>	743

DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016

Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. 744

DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. 746

SÚMULAS..... **749**

DIREITO EMPRESARIAL

DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais...... 755

DECRETO Nº 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966

Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias. 759

LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências...... 770

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as sociedades por ações...... 772

LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências. 814

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. 819

LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia)...... 849

SÚMULAS..... **851**

DIREITO PENAL

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (EXCERTOS)

Código Penal. 855

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950

Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. 890

LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986

Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências...... 896

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. 898

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. 899

LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991

Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis...... 901

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. 902

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 (EXCERTOS)

Altera a Legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e dá outras providências. 909

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências. 909

LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000 (EXCERTOS)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. 913

PORTARIA MF Nº 350, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre procedimentos de controle da origem dos recursos aplicados em operações de comércio exterior e combate à interposição fraudulenta de pessoas. 914

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). 914

LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 917

SÚMULAS **919**

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991**

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. 925

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. 942

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 964

DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999

Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. 973

SÚMULAS **1051**